

INCLUSÃO CURRICULAR: FLEXIBILIZANDO A PARTIR DO COTIDIANO

CURRICULAR INCLUSION: FLEXIBILIZING FROM DAILY LIFE

Ciências Humanas • 06/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783038489](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783038489)

Raimundo José Barbosa Brandão¹

Josielma Serra Carneiro²

Lúcio Carlos Dias Oliveira³

RESUMO

Este artigo discute a relevância da flexibilização curricular como mecanismo essencial para a concretização da inclusão escolar. E analisa como a flexibilização curricular no cotidiano pode transformar o ambiente escolar em um espaço democrático. A partir de um cenário marcado pela diversidade estudantil, analisa-se a distinção conceitual entre flexibilizar e adaptar, o papel das diretrizes nacionais e as barreiras enfrentadas pelos docentes no cotidiano das salas de aula. O objetivo é acolher as particularidades de cada estudante, garantindo a igualdade no acesso ao conhecimento. Nota-se que a flexibilização do currículo atua como estratégia de igualdade, exigindo transformações metodológicas coletivas e a formação contínua da equipe pedagógica.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Flexibilização Curricular; Diversidade.

ABSTRACT

This article discusses the importance of curricular flexibility as an essential mechanism for achieving educational inclusion. It also analyzes how curricular flexibility in everyday practice can transform the school environment into a democratic space. Against the backdrop of a student body marked by diversity, the article examines the conceptual distinction between flexibility and adaptation, the role of national guidelines, and the barriers faced by teachers in their daily classroom practice. The goal is to accommodate the unique characteristics of each student, ensuring equal access to knowledge. It is noted that curriculum flexibility serves as a strategy for equality, requiring collective methodological changes and the ongoing professional development of the teaching staff.

Keywords: School Inclusion; Curriculum Flexibility; Diversity.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância da flexibilização e da inclusão curricular a partir do cotidiano escolar, destacando suas contribuições para a aprendizagem e para a formação integral dos estudantes. A escola moderna acolhe uma diversidade de histórias humanas, ritmos e formas de aprender. Diante dessa realidade, o modelo tradicional de ensino homogêneo que pressupõe uma única explicação para uma turma considerada uniforme tornou-se ultrapassado.

De acordo com Paulo Freire (1996), o processo de ensino e aprendizagem deve estar relacionado à realidade vivenciada pelos educandos, valorizando seus conhecimentos e experiências cotidianas. Nessa perspectiva, a inclusão curricular não se limita ao acesso à escola, mas envolve a criação de condições que possibilitem o desenvolvimento integral dos estudantes.

A educação moderna enfrenta o desafio de garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes no ambiente escolar, tendo seus direitos e diferenças respeitados. Nesse contexto, a flexibilização curricular surge como uma estratégia crucial para promover a inclusão escolar, permitindo então que o currículo seja adaptado às necessidades, e aos interesses dos estudantes, independentemente de suas características, necessidades ou condições sociais. A flexibilização curricular baseia-se na adaptação dos conteúdos, metodologias, recursos e nas formas de avaliação, considerando as necessidades e habilidades de aprendizagem dos alunos. No cotidiano escolar, essas práticas permitem que o ensino esteja mais próximo da realidade dos estudantes, tornando a aprendizagem mais significativa e contextualizada. Ao reconhecer as diferenças

individuais e culturais, a escola promove um ambiente acolhedor, participativo e democrático. Além disso, a flexibilização curricular coopera para a redução das barreiras que dificultam o acesso ao conhecimento, favorecendo assim a equidade educacional.

A inclusão curricular não se limita à inserção de estudantes com deficiência no ambiente escolar, mas envolve o reconhecimento da diversidade cultural, social, étnica e econômica que estão presente no cotidiano escolar. Dessa forma, o currículo deve ser compreendido como um instrumento dinâmico, capaz de dialogar com as vivências dos alunos, contribuindo para a construção de uma educação mais democrática e significativa.

Abordar a inclusão no dia a dia da escola implica repensar as metodologias, os tempos de aprendizagem e os sistemas de avaliação, de modo a atender às especificidades do público-alvo da Educação Especial sem perder de vista o currículo comum.

Segundo Mantoan (2006, p.16) "A inclusão pressupõe uma mudança radical na escola, cujo objetivo não é mais integrar o aluno deficiente em um sistema que continua o mesmo, mas transformar o sistema, para que todos os alunos tenham lugar na escola regular."

A flexibilização e a inclusão curricular são práticas fundamentais para garantir uma educação de qualidade e acessível a todos os estudantes. Dessa forma, a inclusão e a flexibilização curricular fortalecem o desenvolvimento integral dos alunos, estimulam a autonomia e garantem o direito à aprendizagem, respeitando as particularidades de cada indivíduo, promovendo então uma educação mais justa e inclusiva. Nesse contexto da educação inclusiva, surge a urgência de repensar a estrutura curricular.

Quando se fala em incluir não significa apenas garantir a matrícula ou a presença física do aluno na sala de aula. Precisamos ter a garantia que todos tenha seus direitos garantidos em lei. É nesse cenário que a flexibilização curricular se destaca como um instrumento metodológico e político capaz de romper barreiras pedagógicas e aproximar o cotidiano escolar da igualdade social.

Contudo, a verdadeira permanência e o sucesso na aprendizagem dependem de profundas reformulações na estrutura das aulas. Nesse cenário, a flexibilização curricular surge não como uma concessão ou um privilégio, mas como um direito fundamental focado na igualdade e no desenvolvimento humano.

A educação inclusiva busca proporcionar educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas características. A escola inclusiva é destacada como aquela que valoriza a diversidade, atendendo as necessidades de todos os alunos e promovendo o aprendizado em conjunto. Destacado a colaboração entre alunos, educadores e comunidades como algo fundamental para ter uma educação inclusiva eficaz.

Observa-se em Mantoan (2003, p.24) “inclusão escolar é um movimento que busca transformar a escola em um espaço onde todos os alunos, com ou sem deficiência, possam aprender juntos, respeitando suas diferenças e potencialidades”. A escola inclusiva é aquela que se adapta às necessidades dos alunos, e não o contrário.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Foram analisadas obras, artigos científicos que abordam

a temática da inclusão educacional, da flexibilização curricular e das práticas pedagógicas inclusivas.

A pesquisa baseia-se na análise crítica das contribuições teóricas de autores que discutem o currículo, a diversidade e a educação inclusiva, buscando compreender como o cotidiano escolar pode influenciar a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis e participativas.

Segundo Gil (2008, p. 50), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Essa metodologia possibilita a construção de conhecimentos fundamentados em referenciais teóricos já consolidados, a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados, contribuindo para a análise e interpretação crítica dos conhecimentos produzidos sobre determinado tema.

Fontes primárias - são aquelas que contêm ou divulgam informações originais ou que apresentam, sob forma original, informações já conhecidas. As fontes primárias são as mais importantes, por representarem a grande produção técnica e científica da área. Nelas incluem-se: os livros, os periódicos e publicações seriadas, os preprints e anais de eventos, os relatórios técnicos, as normas técnicas, as teses e dissertações e as patentes. Fontes secundárias - são as que organizam, sob a forma de índices e resumos, as informações de fontes primárias, facilitando assim o conhecimento e o acesso às mesmas. As publicações englobadas nesta categoria, normalmente são designadas como "obras de referência". Fontes terciárias - são as que orientam o usuário para a utilização das fontes secundárias e primárias, facilitando localização e o acesso às informações. Elas representam o ponto de partida para as ações da coleta (Albrecht e Ohira, 2000, p. 139-140).

Por sua vez, a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade social e educacional de forma ampla, valorizando aspectos subjetivos e contextuais. Nesse sentido, este estudo analisou contribuições teóricas de autores que discutem a educação inclusiva, a flexibilização curricular e a relação entre currículo e cotidiano escolar, permitindo refletir sobre práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão e a aprendizagem significativa.

De acordo com Silva e Menezes (2005), a abordagem qualitativa é aquela que:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (Silva e Menezes, 2005, p. 20).

Além da revisão bibliográfica, realizou-se uma análise reflexiva das contribuições de autores que discutem a educação inclusiva e a flexibilização curricular, buscando relacionar teoria e prática no contexto educacional. Dessa forma, o estudo permitiu compreender a importância de estratégias pedagógicas que promovam a participação, a aprendizagem e a valorização da diversidade no ambiente escolar.

De acordo com Santana, Narciso e Fernandes (2025), a pesquisa Bibliográfica é fundamentada na coleta, seleção, análise e organização de materiais acadêmicos que subsidiaram o alcance dos objetivos propostos, conforme a compreensão de que as transformações nas metodologias científicas têm provocado impactos significativos no campo educacional e na formação de pesquisadores. Já em relação à pesquisa qualitativa.

Segundo Minayo (2016, p. 21), "a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças,

dos valores e das atitudes". Dessa forma, a abordagem qualitativa permite uma reflexão sobre a importância da flexibilização curricular como instrumento de promoção da inclusão e da igualdade no ambiente escolar.

No percurso metodológico recorreu-se a fontes como: google acadêmico, Revista ARACÊ e plataforma que reúne produções científicas de diferentes áreas do conhecimento e permite o acesso a artigos, livros, dissertações e teses. Os critérios de inclusão abrangeram textos disponíveis na íntegra, publicados em periódicos científicos ou livros reconhecidos, que tratassem diretamente da Flexibilização Curricular no âmbito da Educação. Foram excluídos trabalhos duplicados, resumos, textos opinativos e produções que não se relacionavam ao tema proposto.

Além disso, foram consideradas as orientações presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que defendem a garantia do direito à aprendizagem para todos os estudantes.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. O Conceito de Currículo

O primeiro tópico da fundamentação teórica propõe uma análise sucinta acerca do conceito e manifestação do currículo, principalmente no contexto escolar. Apresenta alguns pressupostos científicos que apresentam o conceito e sustentam a importância do currículo e sua construção para o sistema educacional.

O currículo escolar, erroneamente, sempre foi compreendido como apenas um compilado de sistemas, estruturas, matérias ou conteúdos a serem superados e acumulados, com o objetivo de conquistar uma certificação.


Sendo assim para Silva (1996, p. 23): O currículo é um local privilegiado onde se manifestam relações de saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. Nele se condensam relações cruciais para o processo de formação social subjetiva, corporificando poder, identidades e relações sociais.

Ideologia, cultura e relações de poder, são campos inerentes e indissociáveis de qualquer relação curricular. Segundo (Couto, 1968) Curriculum é a palavra latina que significa "corrida", "caminhada", "jornada", trazendo em si a ideia de continuidade e sequência.

Currículo é, acima de tudo, um espaço de conflitos, convergências e disputas de poder. É construído no cerne de culturas e ideologias vigentes, onde se estruturam um processo formativo vinculados aos valores, perspectivas e interesses dessa realidade.

Para compreender o currículo escolar faz-se necessário muito mais que conhecer componentes curriculares, matérias ou conteúdo. É preciso compreender o espaço em que ele é construído e pensado antes de chegar até a escola.

Segundo Silva (1996, p. 23):




O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais

O currículo não é neutro, ele se encontra carregado de intenções políticas, culturais e relações sociais e econômicas e a serviço da classe dominante no poder sempre utilizando as instituições de ensino como aparelho ideológico do estado.

Paz (2012, p. 10) afirma que “currículo é um termo usado em vários contextos, na maioria das vezes geralmente se refere a planos de estudos, programas e em outras ocasiões é relacionada a implementações didáticas. No entanto, há uma luta poder contextualizar o conceito e transportá-lo para diferentes áreas sem que isso ser motivo de rupturas nos centros educacionais.

A propósito desta ideia Sacristan (1999, p. 61) afirma:



O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

O currículo se manifesta em vários níveis, sendo eles formal, real e oculto. O currículo formal, prescrito, oficial ou estabelecido, é aquele estabelecidos pelos sistemas de ensino constantes nas diretrizes curriculares.

O Currículo Real é aquele que acontece dentro da sala de aula com professores e alunos seguindo o planejamento do projeto pedagógico e dos planos de ensino.

Enquanto isso o currículo oculto, consistem nas influências que contribuem com o processo de aprendizagem dos alunos.

As três versões do currículo se manifestam simultaneamente no centro do processo escolar, onde o aluno acessa os conhecimentos produzidos e gerados no seio da sociedade em que a escola se insere. Conhecimentos centrados nos valores, hábitos, atitudes e cultura.

Pensar o currículo é muito mais do que simplesmente estruturar um conjunto de disciplinas, conteúdos e ou matérias. É pensar um processo formativo que esteja vinculado, principalmente à realidade em que estão inseridos os alunos, e as necessidades da sociedade em que estão inseridos.

3.2. Flexibilização Curricular

O primeiro tópico da fundamentação teórica, buscou dialogar com a bibliografia vigente, para compreender o conceito e como ocorre a flexibilização curricular, principalmente na escola. Propõe uma discussão sucinta acerca do tema proposto.

Na atualidade se percebem ferramentas e processos inovadores que estão modificando o sistema educativo. Deste modo a educação alcança diferentes papéis e direcionamentos na organização educativa. Dentro desse contexto, se encontram as propostas de flexibilização curricular, para atender as diversidades de formas de aprender e educar.

Para Vieira (2012), “Flexibilizar significa superar obstáculos que dificultam o acesso ao conhecimento.” A Flexibilização Curricular é compreendida como a revisão seleção dos objetivos e marcos de aprendizagem. Pressupõe a criação de um currículo dinâmico, adaptável e passível de ampliação ou redução, para atender as diferentes situações de aprendizado.

A flexibilização curricular parte da realidade dos alunos e da sociedade em que está inserido, buscando adaptá-lo, tanto à realidade de aprendizagem do aluno, quanto às necessidades emergentes da sociedade em que a escola está inserida. Busca responder as seguintes questões, “Como, onde, quando, por que e pra que” o aluno aprender.

Negrão, Floriano e Ferreira (2022), comentam que realizar a flexibilização Curricular não é promover a diferenciação ou a discriminação entre os estudantes. Mudanças na metodologia e na avaliação, mesmo tendo o mesmo objetivo, precisam seguir

caminhos diferentes para que todos possam atingir o sucesso educativo. As políticas devem garantir os direitos e níveis de aprendizagem aos alunos, a partir de estratégias de ensino diferenciadas, sem promovam ou aumentem a discriminação.

A flexibilização, acima de tudo, busca promover equidades através das prioridades e especificidades, a partir dos conhecimentos prévios necessários. A busca por estratégias pedagógicas específicas, visa garantir a todos o esse aprendizado equitativo, considerando as adversidades e as diversidades.

A flexibilidade curricular é a faculdade conferida à escola para gerir o currículo dos ensinos básico e secundário, partindo das matrizes curriculares-base, assente na possibilidade de enriquecimento do currículo com os conhecimentos, capacidades e atitudes que contribuam para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. (Lima, 2020)

A flexibilização curricular busca, principalmente, o aprendizado equitativo dos alunos, com base nas habilidades e competências necessárias para o exercício de uma cidadania ativa, assim como o desenvolvimento social e coletivo efetivo da sociedade em que está inserido.

É muito mais do que o simples aprendizado de conteúdos ou assuntos, mas a organização da aprendizagem, buscando o desenvolvimento da autonomia em ensinar e aprender, proporcionando a continuidade dessa aprendizagem de forma ativa, mesmo depois da conclusão dos ciclos de estudos.

3.3. Inclusão

Este tópico se concentra em discutir sobre o conceito e a importância da inclusão, principalmente na escola, dialogando com a literatura vigente e apresentando os principais pressupostos para o exercício do processo inclusivo na escola.

Muito se fala em inclusão na educação ou inclusão na escola, porém poucas são as ações efetivas implantação de políticas que efetivem a inclusão na educação de forma ampla e qualitativa. A escola precisa ser naturalmente inclusiva, proporcionando a todos, sem distinção de classe, etnia, orientação sexual ou religiosa. Como afirma o art. 3º da LDBEN:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

XII - Consideração com a diversidade étnico-racial;

XIII - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;

XIV - Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva;

XV - Garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação.

Para Freire (2008) a inclusão não é apenas um processo de inserção e acomodação de alunos nas escolas, mas um movimento social e político que visa a defesa ao direito de acesso igualitário de todos os indivíduos, participando de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, sendo respeitados dentro de suas especificidades.

A inclusão educacional busca a defesa dos direitos de todos os alunos desenvolverem, concretizarem e se apropriarem de habilidades, competências e potencialidades de forma equitativa, permitindo o exercício da cidadania, através de uma educação de qualidade.

Para uma inclusão efetiva, é necessário pensá-la de forma mais ampla e profunda, estendendo-se a todos, sem distinção alguma, para além das pessoas com deficiência. É preciso comportar todos os alunos em situação de marginalização e exclusão, como a população LGBT, vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, com transtornos e dificuldades de aprendizagem, etc.

Para Freire (2008) os estigmas e preconceitos direcionados às pessoas diferentes e marginalizadas, proporciona experiências acadêmicas e sociais mais empobrecidas. A inclusão busca respostas educativas que forneçam educação de qualidade a todos. Mas algumas barreiras ainda persistem e dificultam o desenvolvimento de uma educação inclusiva de verdade.

É necessário repensar as políticas de inclusão na educação, mas acima de tudo, efetivar sua implantação e efetivação, para a redução

das diferenças e os impactos proporcionados pela exclusão dos alunos marginalizados. É necessário criar ambientes mais acolhedores e inclusivos na escola em sala de aula a todos os estudantes, para que possam se desenvolver e desenvolver a sociedade.

3.4. Flexibilização Curricular e Inclusão

Após a apresentação dos conceitos de currículo, flexibilização curricular e da inclusão, o quarto tópico buscou dialogar com a literatura para apresentar a compreensão das possibilidades e importância da flexibilização do currículo para uma inclusão efetiva, com base no cotidiano do aluno.

A flexibilização curricular, no contexto da educação Inclusiva, se envolve de importância e necessidade, por proporcionar a adaptação adequada à realidade de cada aluno, conformando o desenvolvimento de processos que estimulem as competências e habilidades específicas, sem excluir as competências e habilidades gerais. Estimula a autonomia e independência no aprendizado, a partir de processos de ajuda mútua entre os estudantes.

Para Leite (2000) a flexibilização curricular engloba no contexto da educação inclusiva, precisa englobar medidas que envolvam professores, alunos e sistema educacional, em configurações curriculares que adequadas às especificidades e realidades locais e de cada aluno. O sucesso ou insucesso escolar, está diretamente ligado às experiências sociais e culturais, assim como nos aspectos das organizações dos sistemas, dos currículos a que têm acesso e dos ambientes em que se insere.

Para Freire (2008) a educação inclusiva abriga grandes mudanças organizacionais e funcionais em todos os níveis do sistema educativo. Articula diferentes agentes entorno de mudanças concretas a partir da gestão da sala de aula até o currículo e os processos de ensino-aprendizagem.

O currículo precisa ser discutido e elaborado com participação efetiva de toda comunidade escolar, assim como da comunidade em que a escola se insere. Precisa pensar o espaço público as necessidades do ambiente em que está inserido, Precisa pensar os valores e a cultura local, bem como as possibilidades e necessidades inclusivas dessa sociedade.

Para Negrão, Floriano e Ferreira (2022), “tanto a Flexibilização quanto a Adequação Curricular devem ter como meta uma nova estrutura de ensino” que, dentre outras questões, possibilite:

- I. a reorganização dos conteúdos de forma que atendam às especificidades, rompendo com a hierarquização de conteúdos;
- II. o desenvolvimento de novos ambientes de aprendizagem;
- III. a conexão entre conhecimentos e práticas;
- IV. a aquisição de autonomia pelo estudante ao participar do seu processo de formação; e
- V. a ampliação do campo de visão do estudante, diversificando experiências que agregarão à sua formação. (Negrão, Floriano e Ferreira, 2022)

É preciso repensar a escola, seus conteúdos e sua organização curricular. É necessário repensar que tipo de ser humano a escola que formar, priorizando a formação de sujeitos comprometidos com o desenvolvimento social e coletivo. Não apenas condicionados a decorar e responder códigos. Mas que estejam preparados para sua aplicabilidade no meio social, buscando o desenvolvimento coletivo da sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do currículo e sua flexibilização na busca de uma escola mais inclusiva, se envolta de contextos e pressupostos muito mais profundos do que a simples montagem de um sistema de informações, conteúdo ou matérias. Busca uma ampliação efetiva do diálogo escola X aluno X comunidade, proporcionando uma formação humana mais efetiva e voltada para a realidade em que o aluno se insere.

A inclusão não se esgota nos alunos com deficiência, envolvendo contextos e compreensões muito mais profundas sobre exclusão e discriminação social, Precisa contextualizar tais categorias dentro de sus processos educativos. Faz-se necessário a repensar os contextos e bases que construíram, constroem, reforçaram e ainda reforçam esse processo de exclusão, buscando confrontar e desconstruir tais processos, a partir dos conhecimentos, habilidades e competência da escola, de cada componente curricular e de seus conteúdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRECHT, R. F.; OHIRA, M. L. B. Bases de dados: metodologia para seleção e coleta de documentos. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC, v. 5, n. 5, p.131-144, 2000.

ALVES, Sónia; MADANELO, Olga; MARTINS, Maria. Autonomia e flexibilidade curricular: caminhos e desafios na ação educativa. **Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], n. 27, p. 337–362, 2019. DOI: 10.7559/gestaoedesenvolvimento.2019.387. Disponível em: <https://journals.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/387>. Acesso em: 18 jun. 2026.

COUTO, Marina. Como elaborar um Currículo. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico, 1968. p. 1.

CURI, E. **A matemática e os professores dos anos iniciais**. São Paulo: Musa, 2005.

DE MENDONÇA MOULIN, Nelly. Conceito de currículo. **Curriculum**, v. 13, n. 4, p. 5-16, 1974.

FLORES, C. R. Registros de representação semiótica em matemática: história, epistemologia, aprendizagem. **Bolema**, Rio Claro, ano 19, n. 26, p. 77-102, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. Lisboa, **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, 2008

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Maristela Gonçalves. **Obstáculos na aprendizagem matemática**: identificação e busca de superação nos cursos de formação de professores das séries iniciais. 2006. 161 f.

JESUS, AR de. Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2008. p. 2638-51.

LEITE, Carlinda. A flexibilização curricular na construção de uma escola mais democrática e mais inclusiva. Revista da DIRECÇÃO REGIONAL, N° 7. maio 2000.

LIMA, Licínio C. Autonomia e flexibilidade curricular: quando as escolas são desafiadas pelo governo. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, [S. l.], n. Especial, p. 172–192, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**, p. 60-83, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

NEGRÃO, Patrícia. M. L. S.; FLORIANO, Ana P.; FERREIRA, V. J. FLEXIBILIZAÇÃO e adequação curricular no ensino superior para estudantes com NEEs. UPI UFV, Viçosa, 2022

PALMEIRÃO, Cristina; ALVES, José Matias. Construir a autonomia e a flexibilização curricular: Os desafios da escola e dos professores. Porto, UCP, 2017.

SACRISTAN, J. Gimeno. Poderes instáveis em educação. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTANA, Aline Canuto de Abreu; NARCISO, Rodi; FERNANDES, Allysson Barbosa. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 1, e13333, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n1-130.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

VIEIRA, Alexandre Braga. Currículo e educação especial: as ações a partir de diálogos cotidianos. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

¹ Doutor em Educação Matemática. Licenciado em Matemática, Física e Ciências Biológicas. Professor Associado da Universidade Estadual do Maranhão. Professor do Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Rede Nordeste de Ensino/RENOEN. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Estudante de graduação em Ciências Sociais – Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Educador Físico Universidade Federal do Maranhão. Estudante de graduação em Ciências Sociais – Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

